

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
data 14 / 01 / 99  
cod. GKD 000 83

# **POR QUE OS GUARANI E KAIOVÁ SE SUICIDAM?**

**ESPAÇO E VIDA DOS ÍNDIOS GUARANI E KAIOVÁ  
DE MATO GROSSO DO SUL:  
HISTÓRICO, CONTEXTO E ANÁLISE DO SUICÍDIO**

**MAUCIR PAULETTI  
NEREU SCHNEIDER  
OLÍVIO MANGOLIM**

**CIMI-MS**

**APOIO E PARCERIA DE CAFOD  
CATHOLIC FUND FOR OVERSEAS DEVELOPMENT  
ROMERO CLOSE, STOCKWELL ROAD, LONDON SW9 9TY  
TEL: 00 44 171 733 7900 - FAX: 00 44 171 274 9630  
Email: [1Knight@cafod.attmail.com](mailto:1Knight@cafod.attmail.com) or [cafod@gn.apc.or](mailto:cafod@gn.apc.or)**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1. O POVO GUARANI .....	13
1.1- CONTEXTUALIZAÇÃO .....	13
1.2- AS TERRAS DOS GUARANI E KAIOVÁ .....	17
1.2.1- ÁREAS INDÍGENAS GUARANI E KAIOVÁ OFICIALMENTE RECONHECIDAS .....	19
1.2.2- ALGUNS TEKOHAS REIVINDICADOS PELOS GUARANI E KAIOVÁ, À ESPERA DE PROVIDÊNCIAS PELO PODER PÚBLICO, NA SUA IDENTIFICAÇÃO, DEMARCAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E REGISTRO .....	24
1.3- SUICÍDIOS ENTRE OS GUARANI E KAIOVÁ .....	26
1.3.1- QUADROS DO SUICÍDIO .....	27
1.3.2- ANÁLISE .....	30
2. CAUSAS DO SUICÍDIO .....	35
2.1- A IMPRENSA PUBLICOU .....	35
2.2- AS CAUSAS APONTADAS PELOS ÍNDIOS .....	39
2.3- “A CAUSA” APONTADA E DENUNCIADA PELO CIMI .....	40
3. PERSPECTIVAS DE SUPERAÇÃO APONTADAS PELOS ÍNDIOS NA ÓTICA DO CIMI .....	43
3.1- A RETOMADA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS COMO PONTO DE PARTIDA .....	44
3.2- A RECONSTRUÇÃO DO <i>MODO DE SER E VIVER</i> GUARANI E KAIOVÁ .....	45
3.3- A NECESSIDADE DE REEDUCAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ASSUMIDAS PELOS PRÓPRIOS ÍNDIOS .....	46
4. A ATUAÇÃO DO CIMI-MS FRENTE AOS SUICÍDIOS .....	49
BIBLIOGRAFIA .....	51

*“O índio se mata por desespero e não por gosto pela morte. A cultura indígena não vê o fim da vida como festa ou motivo de comemoração”*

**(NEREUSCHNEIDER)**

## INTRODUÇÃO

O objetivo desta publicação é explicitar para o público em geral, organizações governamentais, não governamentais, cooperação internacional e outros, análises que o CIMI-MS vem fazendo sobre as causas dos suicídios entre os índios Guarani e Kaiová e indicativos de como superá-los.

Consta de quatro partes: Na primeira parte falamos do povo **Guarani e Kaiová, quem e quantos são, onde estão** (áreas indígenas<sup>1</sup> demarcadas ou em processo de demarcação), **contextualizando o seu *ethos*<sup>2</sup> tradicional e a situação vivida por eles hoje**. Parte integrante e fundamental deste contexto é a relação entre os Guarani e Kaiová e a terra. E, principalmente, o **processo de encurralamento** a que foram submetidos a partir do contato e da ocupação não-índia do território hoje conhecido como sulmatogrossense. Conhecer este quadro da realidade Guarani e Kaiová é condição **“sine qua nom”** para a elaboração de um programa de superação das causas do suicídio. Apresentamos **os quadros dos casos de suicídios por aldeia**, para facilitar a leitura dos casos ocorridos em cada uma e possibilitar a análise do **porque ocorrem suicídios com maior intensidade em algumas e porque não ocorrem em outras**, principalmente nas áreas indígenas tradicionais que foram **retomadas**<sup>3</sup> pelos índios nos últimos anos.

A segunda parte **tratará das causas do suicídio** propriamente ditas. Buscamos, num primeiro momento, realizar uma **recuperação histórica de parte do que têm sido publicado**, na imprensa, nos últimos anos, sobre a situação de suicídios entre os índios Guarani e Kaiová. Ressaltamos o relatório do CIMI<sup>4</sup>, apresentado ao Ministério de Justiça e à Presidência da República, no nosso entender, pelo aporte político que ofereceu e, consi-

1 - A categoria área indígena significa o perímetro demarcado. Dentro de uma mesma área indígena poderemos encontrar várias aldeias ou comunidades. Normalmente estas aldeias pertencem ao mesmo povo ou etnia. Há exceções onde encontramos etnias diferenciadas numa mesma área, como é o caso da área indígena de Dourados onde vivem os Guarani e Kaiová e os Terena.

2 - O *ethos* tradicional aqui no sentido de modo próprio de ser e viver dos Guarani e Kaiová, seus costumes e tradições. Etologia segundo o Dicionário Didático Brasileiro da Língua Portuguesa, p. 243, é o tratado dos costumes, usos e caracteres humanos.

3 - *Retomada* é o termo que tem sido utilizado pelos Guarani e Kaiová para a sua ação de retorno a áreas tradicionais (*tekohas*) de onde foram sistematicamente desalojados. Retomam após o reconhecimento oficial por parte do governo brasileiro de que se trata de território de ocupação tradicional indígena. Retomam porque, embora aquele reconhecimento, não são (re)empoados em seus territórios, proibidos agora por liminares concedidas pelo poder judiciário. Cansados, humilhados, não podendo mais esperar, “afrontam” aquelas decisões, porque “injustas”, contando com o apoio solidário da opinião pública.

4 - *Os suicídios entre os Kaiová*, Brasília, Abril de 1991 (Mimeo).

deramos, foi instrumento importante para a demarcação de algumas áreas indígenas aos Guarani e Kaiová no período Collor de Mello, depois da publicação do Decreto 22, de 04.02.1991, que dispôs sobre demarcação de terras indígenas<sup>5</sup>. Queremos trabalhar a partir das **causas apontadas pelos índios e explicitar a leitura que o CIMI-MS faz. Por que os Guarani e Kaiová se suicidam? O encurralamento a que foram submetidos** neste século, tendo como seu principal implementador o Órgão Indigenista Oficial, é o mote deste aprofundamento. **Encurrallar é mais que confinar<sup>6</sup>, pois vai além do espaço físico. Roubaram e espoliaram as terras dos Guarani e Kaiová. Os encantoaram. Os sitiaram. Mentiram, limitaram, impediram e até proibiram possibilidades de desenvolvimento do seu modo de ser e viver. O fato de ainda viverem parece ser pura teimosia. Teimosia fundamentada no sonho e na esperança real de retornar para o território sagrado de onde foram expulsos.** Num cenário político nacional de características antindígena, onde não há perspectivas animadoras de demarcação de áreas tradicionais indígenas, o que resta aos Guarani e Kaiová?

A terceira parte versa sobre as **perspectivas de superação do suicídio apontadas pelos índios, na ótica do CIMI-MS** que em seu relatório de 1991, já falava da importância da **demarcação de áreas tradicionais**. **A terra**, sua demarcação de imediato, não é, por si só, a solução de todos os problemas vivenciados pelos Guarani e Kaiová, mas **é o seu ponto de partida**. E, reconheçamos, de uma vez por todas: não estamos fazendo nenhum favor aos Guarani e Kaiová. Demarcar seus territórios tradicionais é resgatar parte de uma imensa dívida moral, social, econômica e cultural com os primeiros habitantes deste chão, hoje sulmatogrossense. Depois virá a **reconstrução do seu modo de ser e viver** e a necessidade de **reeducação na implementação de políticas de desenvolvimento**, assumida pelos próprios índios. Citamos concretamente as oito áreas indígenas que foram retomadas durante o processo de demarcação a partir de 1991: Cerrito (Eldorado, MS), Guassuty (Aral Moreira, MS), Jaguapiré (Tacuru, MS), Jaguari (Amambai, MS), Jarará (Juty, MS), Paraguassu (Paranhos, MS).

5 - Neste período foram demarcadas as seguintes áreas indígenas: Cerrito, Guassuty, Jaguari, Jaguapiré, Jarará, Panambizinho, Paraguassu, Sete Cerros e Sucuri'y. Sobre este assunto conferir item 1.2 neste relatório: A questão das terras dos Guarani e Kaiová.

6 - Confinar e encurrallar são terminologias aproximadas. O Dicionário didático brasileiro diz: **Confinar**, demarcar; rel. limitar; delimitar; ser limitado (p. 145). **Encurrallar**, Meter no curral; encantoar; sitiar; apertar o cerco (p. 211). O confinamento, terminologia que mais usualmente tem sido utilizada para explicitar o processo a que foram submetidos os Guarani e Kaiová neste século, colocando-os em pequenas e reduzidas áreas de terras, no nosso entender, não diz todo o processo de espoliação a que o povo foi submetido.

Sete Cerros (Coronel Sapucaia, MS) e Sucuri'y (Maracaju, MS). O fato é que as perspectivas de vida nestas áreas tradicionais ampliaram-se e nelas não acontecem mais suicídios hoje. Além destas, há outras áreas onde o suicídio não acontece. Qual a razão?

Finalmente, dedicaremos a quarta parte para explicitar a **atuação do CIMI-MS junto aos Guarani e Kaiová, sua presença solidária, como aliado, parceiro, assessorando e animando na implementação de um programa de ações, estruturado e articulado com parceiros da cooperação internacional, como CAFOD, TRÓCAIRE, UNIÃO EUROPÉIA e CHRISTIAN AID.** Ainda contamos com apoio firme de **MISEREOR E BILANCE** e, pontual, de outros parceiros e aliados do Brasil e do exterior, da causa Guarani e Kaiová. O programa contempla três ações básicas: Terra, Autosustentação e Organização. É necessário reconquistar a terra, garantí-la e nela sobreviver. E isso, só depende, fundamentalmente, dos próprios Guarani e Kaiová. O apoio necessário para isto sempre terão. Junto ao programa desenvolve-se a campanha internacional pela demarcação dos territórios Guarani e Kaiová, coordenada por **SURVIVAL** com apoio da **Anistia Internacional**. Trata-se de um suporte político fundamental ao programa.

# 1. O POVO GUARANI

## 1.1- CONTEXTUALIZAÇÃO

Os Guarani, no Brasil, subdividem-se em três grupos: Mbyá, **Kaiová** e **Ñandeva**. Estes dois últimos, **com predominância dos Kaiová, vivem no Mato Grosso do Sul**. Os Ñandeva autodenominam-se Guarani. Cerca de 24.649<sup>7</sup> Guarani e Kaiová estão espalhados **em vinte e duas pequenas áreas** (média de 1,6 hectares por pessoa), insuficiente até mesmo para subsistência, muitas delas com problemas de limites (invadidas) e outras com processo na justiça “sub judice”, fruto do encurralamento, justapondo **tekohas**<sup>8</sup> num mesmo e reduzido espaço físico que força o trabalho fora das aldeias, levando a mendicância e o perambular. Justaposição de **tekohas** significa “**conflito de autoridades**”, de famílias extensas. Resultado: insegurança e desestruturação interna nas aldeias. Calcula-se ainda que 4.000 Guarani e Kaiová vivem desaldeados nas periferias das cidades, às margens de rodovias sobrevivendo do artesanato e subempregados em fazendas. Outro resultado do encurralamento, que têm igualmente uma série de conseqüências não analisadas aqui.

**Os Guarani, há aproximadamente 200 anos, ocupavam 25% (vinte e cinco por cento) do território que hoje compreende o Estado do Mato Grosso do Sul, correspondentes a 8.750 milhões de hectares de terras**<sup>9</sup>. Segundo o padre jesuíta Meliá, os Guarani e Kaiová são o único grupo Guarani que mantém, até hoje, a noção de território próprio. O território deles se estende ao Norte até os rios Apa e Dourados e ao Sul até a serra de Mbaracajú e os afluentes do Rio Jejuí. Sua extensão Este-Oeste atinge uns cem quilômetros em ambos os lados da Serra de Amambai<sup>10</sup>.

**O processo de expoliação do território Guarani e Kaiová** iniciado com a extração da erva-mate nativa, onde os índios foram utilizados como mão-de-obra, seguiu-se com a abertura de fazendas onde os índios também foram utilizados, sobretudo na derrubada das matas. Uma vez insta-

7 - Número aproximado, dada a ausência de estatística oficial sobre os Guarani e Kaiová no Mato Grosso do Sul.

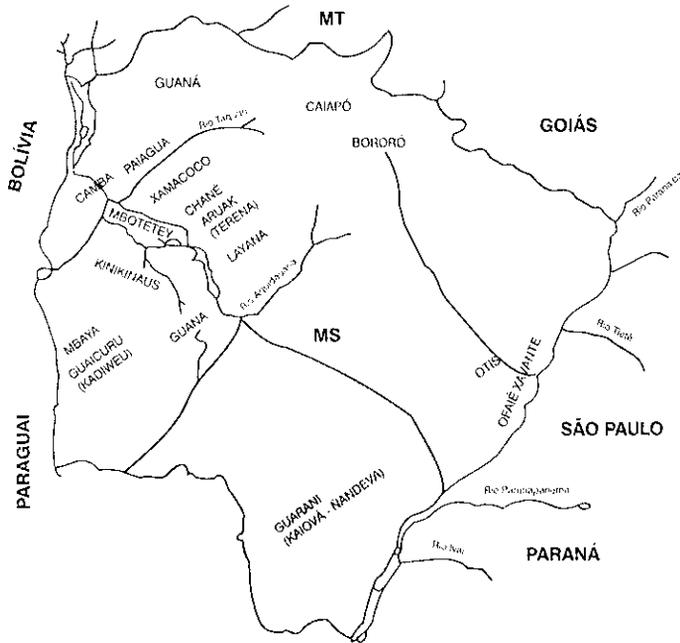
8 - Lugar de ocupação tradicional Guarani e Kaiová. A aldeia, lugar onde poderá residir uma ou mais famílias extensas. Para Brand, in: Porantim (1995: 8) “(Teko = modo de ser e ha = lugar onde) que se concretiza o modo de ser próprio dos Guarani/Kaiová”.

9 - Cfr. na página seguinte o mapa com especificação do território tradicional Guarani e Kaiová.

10 - Cfr. MELIÁ, Bartomeu et. al. *Los Paí-Tavyterá: etnografía Guarani del Paraguay contemporáneo*. Assunção: Centro de Estudos Antropológicos, 1976. p. 183.

ladas as fazendas os indígenas, compulsoriamente, foram removidos para dentro das oito reservas demarcadas pelo Serviço de Proteção dos Índios(SPI)<sup>11</sup>. Concomitantemente a esta situação se deu o processo de Reforma Agrária do presidente Getúlio Vargas (1940), instalando o Território Federal de Ponta Porã e as Colônias Agrícolas, desconsiderando, também, a ocupação tradicional indígena. E, portanto, **hoje, os Guarani e Kaiová ocupam menos de 1% (um por cento) das terras que compunha seu grande território no Estado de Mato Grosso do Sul.**

## MAPA DO MATO GROSSO DO SUL ATUAL COM AS INDICAÇÕES DE OCUPAÇÃO INDÍGENA ANTES DA COLONIZAÇÃO COM ESPECIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO GUARANI E KAIOVÁ<sup>12</sup>



11 - Sobre estas oito reservas conferir nota de rodapé n. 15.

12 - Rubens Thomaz Feneira de Almeida, antropólogo, em seu relatório de identificação da área indígena Pirakuá apresentado ao Ministério do Interior. FUNAI, datado de 24.01.1985 para fins de demarcação fundamenta-se em BRANISLAVA SUŠNIK. "Los aborígenes del Paraguay - etimología del Chaco Boreal y su periferia - (siglos XVI y XVII) TOMO I, Assunción, 1978, pp. 03 e 05. "...no século XVI, os Avã-Guarani estavam nucleados numa área compreendida entre os rios Paraguay, Miranda, Paraná, Tietê, Uruguai, Jacuí e alguns assentamentos no litoral atlântico" e "...os Itaitin, antepassados dos Pai/Kaiová que nos importa para efeitos deste relatório. Entre os rios Paraguay, Mbotetéy (Miranda), Piratí-Aquidaban e as terras de Xerez, assentavam-se os itaitin...". Portanto estas informações estão plenamente consonante com as de Melia.

**Cultivaram a economia de reciprocidade.** Tudo era realizado entre eles à base de trocas e não havia superfaturamento de qualquer produto ou bem. **O contato e as leis de mercado desestabilizaram o sistema Guarani e Kaiová,** colocaram-os numa luta bastante desigual em relação ao avanço do capital agropecuário e criaram a mais cruel forma de dependência, não tardando que chegassem a situações de grande miséria.

**Basicamente produzem e se alimentam com o milho (alimento sagrado), mandioca e, hoje, também arroz e feijão.** O reduzido espaço nas aldeias tem gerado também a fome. Há muita miséria, sobretudo nas áreas próximas de centros urbanos e com população excedente, em relação aos hectares. Áreas, além do mais, descaracterizadas ambientalmente. O pouco espaço à produção força a saída, à procura de trabalho; a permanência fora da terra, muitas vezes por longo tempo, faz com que, ainda que pouco, nem mesmo este espaço, geralmente, seja cultivado. Soma-se a falta de incentivos e compromissos do poder público com a produção de alimentos, integrados às reais necessidades, forma e vontade dos Guarani e Kaiová. Têm carência, também, dos alimentos que não produzem, como macarrão, açúcar, sal, óleo e proteínas, como a carne. Algumas aldeias, raras, cultivam a erva-mate, outrora tradicional e nativa.

**A falta de condições para a produção, a conseqüente fome, gera doença.** Alarmante tem sido o caso de tuberculose entre os Guarani e Kaiová. Ainda assim, utilizam-se da medicina tradicional, por exemplo, no “controle da natalidade”, espaçando o nascimento dos filhos, que geralmente se dá a cada dois anos. As mães fazem seus partos na aldeia, quase sempre sozinhas. Não há crianças abandonadas, pois são sempre adotadas por uma família de parentes; mas os “guachos”<sup>13</sup>, como são chamados, recebem tratamento diferenciado dos filhos legítimos.

**Até cerca de vinte ou trinta anos atrás, os Kaiová e Guarani moravam em casas grandes (*Ogajekutu, Ogaguasu*),** reunindo até cem pessoas da mesma família extensa. Hoje, estas *Ogajekutu* cederam lugar a casas geralmente pequenas, abrigando apenas a família nuclear, embora mantendo a proximidade territorial com os demais membros da família extensa (pais, filhos, genros...) que, segundo o antropólogo (padre jesuíta) Meliá, continua sendo a base organizacional dos Kaiová e Guarani.

13 - O fato é que eles estão aumentando, fruto do trabalho fora das aldeias a maior parte do ano, desestruturando as famílias.

Nesta organização, a autoridade é a pessoa de maior prestígio, geralmente homem e líder religioso. **A sociedade Guarani é uma sociedade sem estado.** Este povo não tem uma organização como a nossa. Seus valores são outros, sua democracia é outra. **O núcleo fundamental da organização sócio-política Guarani e Kaiová é a família extensa, cuja chefia baseia-se no prestígio e na religiosidade.** O sistema religioso é a estrutura ideal para os Guarani. É uma estrutura de prestígio e não de poder. O ideal de qualquer Guarani é ser um **Ñande Ru** (“nosso pai”), ou seja, um rezador, um líder religioso, o que lhe confere grande prestígio. Do **Ñande Ru** deriva um instrumento de governo e de comunidade que é a Assembléia. Ela permite uma grande democracia, porque nela todos têm o direito de falar.

**Daí a profunda contradição e conflito que se criou com a intrusão do Estado, introduzindo elementos novos em sua organização interna, principalmente a partir de 1910 com a criação do SPI e, depois, com a Fundação Nacional de Assistência aos índios (FUNAI).** Entre os Kaiová e Guarani do Mato Grosso do Sul, essa interferência se nota com muito mais evidência. Com o encurralamento dos Kaiová em pequenas áreas, desrespeitou-se o primeiro elemento de sua organização; juntou-se, numa mesma área, muitas famílias extensas, ou seja, muitas aldeias (**tekoha**) no mesmo espaço territorial: a área indígena (**Tetã**, que significa seu espaço territorial).

Desconsiderando as lideranças religiosas, os **Tekoharuvicha** (o chefe mítico-religioso), o SPI introduziu a figura do “capitão”<sup>14</sup>, para ser o chefe “político” de toda área, como interlocutor exclusivo entre o Estado e a comunidade indígena, e com claros objetivos integracionistas.

Como os Guarani e Kaiová situam sua vida num espaço essencialmente mítico-religioso, absorveram estes elementos com uma passividade difícil de ser entendida pelo não índio. Mas tratou de se defender como pode: escondeu os seus rituais, camuflou o prestígio visível do **Ñande Ru** e submeteu-se às formas de organização impostas de fora, para sobreviver.

---

14 - O Órgão Indigenista Oficial criado e mantido ao longo de várias décadas por militares transportou seu modelo “militarresco” na administração das reservas. O “capitão” indígena, na maioria das vezes, não ficou a dever nada para o seu similar na estrutura da sociedade branca. Criou logo a polícia indígena, que não, raras vezes, foi ocasionadora de violências internas nas aldeias.

## 1.2 - AS TERRAS DOS GUARANI E KAIOVÁ

**Terra para os Guarani e Kaiová** não é um bem comercializável, um bem disponível para negócio. Por isso, também, não é qualquer terra que interessa para o Guarani e Kaiová, senão aquela onde viveram seus antepassados, aquela terra **lhe é peculiar, sagrada. É um lugar de ocupação tradicional**, na linguagem Guarani e Kaiová **tekoha**, a aldeia, lugar onde poderá residir uma ou mais famílias extensas.

**O nosso século foi amargo para os Guarani e Kaiová**, que foram sendo **expropriados de seus tekohas**, à medida em que se deu a ocupação não-índia do então estado de Mato Grosso. **Tekohas e mais tekohas foram sendo eliminados e os Guarani e Kaiová encurralados em pequenas áreas de terras insuficientes para o seu desenvolvimento físico e cultural.** Foi o próprio SPI quem se encarregou de realizar esta política nefasta. Aliado aos interesses do capital, que se estabelecia na região, realizavam a política que serviria aos interesses estabelecidos. Não era encurralar por encurralar e sim para estabelecer uma relação de dependência com as comunidades indígenas que seriam transformadas em mão-de-obra desqualificada e conseqüentemente barata, para mais uma vez servir aos interesses do capital.

**Entre os anos de 1915 a 1928 demarcaram 08 reservas<sup>15</sup>** e criaram nelas todos os incentivos para que os indígenas se agrupassem aí, abandonando seus **tekohas** originários. O Órgão Indigenista Oficial sempre se aliou aos interesses econômicos regionais para cumprir seu intento: desocupar territórios para que fossem utilizados na pecuária extensiva e produção agrícola. Problemas irremediáveis ficaram para o povo Guarani e Kaiová. Para resolvê-los uma única solução: o retorno para os **tekohas** originários como forma de superação da não-vida.

---

15 - A terminologia "reserva" nem sempre designa área de ocupação tradicional. Na verdade a "política de aldeamento" foi clara: reservar pequeno pedaço de terra para indígenas nas cercanias de centros urbanos, facilitando, com o tempo, sua integração na "comunhão nacional". Objetivo explícito da política indigenista oficial até o advento da constituição de 1988. Estas oito reservas somaram 19.700 hectares de terras. São as reservas de Caarapó (José Bonifácio) com 3.600 ha; de Dourados (Francisco Horta) também com 3.600 ha; Ramada ou Sessoró com 2.000 ha; Porto Lindo ou Jacare'y com 2.000 ha; Taquapery com 2.000 ha; Amambaí (Benjamin Constant) com 3.600 ha; Limão Verde com 900 ha; e, Pirajufi com 2.000 ha. A partir deste momento foi realizado um processo sistemático de transferência da população Guarani de todos os **tekohas** existente para dentro destas oito reservas criadas. Os problemas criados com isso foram desde superpopulação destas reservas, sobreposição de aldeias, ao choque de chefias, e outros. O seu sistema econômico, familiar, religioso, que é intrinsecamente ligado aquela terra, (**tekoha**) foi inviabilizado. Observa-se que, depois de reservadas, a maioria destas áreas sofreram redução, fruto de invasões.

**Tekohas como Panambi (Douradina, MS), Panambizinho (Dourados, MS) e Campestre (Antônio João, MS), de onde nunca foram expulsos totalmente, por isso ainda ocupados parcialmente, não estão plenamente assegurados aos Guarani e Kaiová até hoje.**

**Somente na década de 80,** com a pressão crescente das comunidades, sempre com conflitos e violências, para com os indígenas, **tekohas** tradicionais **começaram a ser reocupados.** Foram os casos de **Pirakuá** (Bela Vista, MS - que vitimou Marçal de Souza<sup>16</sup>, assassinado friamente, cujos assassinos seguem impunes, foragidos e o suposto mandante absolvido no primeiro julgamento a que foi submetido), **Guaimbé** (Laguna Caarapã, MS) e **Rancho Jacaré** (Laguna Caarapã, MS).

Agora, **na década de 90,** mais decididos, não vendo outra alternativa, **optam de vez pela estratégia das retomadas**<sup>17</sup>. Assim **reconquistaram,** até o momento, total ou parcialmente, territórios tradicionais como o **Paraguassu ou Takuaryty/Yvykuarusu** (Paranhos, MS), **Jaguapiré** (Tacuru, MS), **Jaguari** (Amambai, MS), **Guassuty** (Aral Moreira, MS), **Cerrito** (Eldorado, MS), **Sete Cerros** (Coronel Sapucaia, MS), **Jarará** (Juty, MS) e **Sucuri'y** (Maracaju, MS).

Temos, assim, na atualidade, um total de 22 áreas indígenas reconhecidas oficialmente aos Guarani e Kaiová com um total de 42.694 hectares, sendo que destes, 3.262 hectares seguem em poder daqueles que tomaram ou se apoderaram das áreas tomadas dos Guarani e Kaiová. Em muitas portanto, além das situações apontadas acima, seguem ainda pendências judiciais, invasões e ocupações não-indígenas. Efetivamente estima-se uma população de 24.649 Guarani e Kaiová ocupando um espaço geográfico de 39.432 hectares de terras espalhadas pelos municípios ao sul do estado, o que dá 1,6 hectares por pessoa.

---

16 - Marçal de Souza, Guarani, foi assassinado em novembro de 1983, na área indígena Campestre, Município de Antônio João, MS. Enfermeiro, funcionário da FUNAI, era liderança respeitada entre seus patrícios e junto a outros povos indígenas. Em nome desses falou ao papa João Paulo II, na sua primeira visita ao Brasil, em 1980. Quando então já se disse ameaçado pela defesa intransigente dos direitos de sua gente, principalmente à terra mãe, Marçal vinha denunciando com firmeza o processo de expulsão dos Guarani do Pirakuá, área indígena situada no município de Bela Vista, MS. Morto após sofrer tentativa de suborno para que incentivasse seus patrícios a deixarem o Pirakuá, tornou-se o símbolo da luta Guarani e Kaiová, nas últimas duas décadas, pelo retorno a **tekohas** sagrados.

17 - Conferir nota de rodapé nº 3.

## 1.2.1- ÁREAS INDÍGENAS GUARANI E KAIOWÁ OFICIALMENTE RECONHECIDAS

Tratamos aqui daquelas **áreas que foram demarcadas pelo então SPI, pela FUNAI na década de 80, ou então pela sistemática do decreto 22 de 04 de fevereiro de 1991**, que dispunha sobre demarcação de terras indígenas<sup>18</sup>.

Muitos problemas persistem. Áreas já demarcadas, algumas inclusive homologadas, mas sobre as quais pesam pendências judiciais, algumas atingidas agora também pelo novo decreto que dispõe sobre a demarcação de terras indígenas (1775/96), que introduziu o **princípio do contraditório administrativo** na definição de territórios imemoriais indígenas, possibilitando a revisão de demarcações já efetuadas pela sistemática do decreto anterior (nº 22, de 04.02.91). É o caso de Sete Cerros (Coronel Sapucaia, MS) onde os índios são obrigados a conviver com os bois da Sattin Agropecuária; algumas áreas com o processo demarcatório ainda não concluído, com invasões e ocupações não-índigenas, casos do Panambi (Douradina, MS) e Panambizinho (Dourados, MS), onde o problema se arrasta desde 1942, ocupando os indígenas apenas parcela da área, aguardando providências definitivas pelo órgão indigenista oficial. A área indígena de Sucuri'y (Maracaju, MS) está demarcada fisicamente, mas os índios ocupam apenas 1/7 da mesma. A área indígena Campestre (Antônio João, MS) está apenas identificada com ridículos 11 (onze) hectares para uma população estimada em 524 pessoas. Na verdade reconheceram, até agora, tão somente este pequeno pedaço, encravado no centro de um território imemorial, tradicional e sagrado para os Guarani e Kaiová, o Cerro Marangatu, reivindicado a muitos anos.

Outras áreas, sobretudo as “reservadas” aos Guarani e Kaiová ainda pelo SPI, estão com justaposição de **tekohas**, reduzidas, descaracterizadas ambientalmente e algumas até com arrendamentos (inconstitucionais).

De todas as formas são terras indígenas já reconhecidas oficialmente pelo Estado Brasileiro como de posse tradicional indígena, ainda que muitas ocupadas apenas parcialmente, como demonstramos acima. Não resolvendo, o poder público, os problemas, que são de sua alçada, muitos criados ou “permitidos” por ele, sente-se um crescendo na determinação dos Guarani e Kaiová em reocupar por conta própria o que de direito lhes pertence.

18 - Cf. MANGOLIM, Olívio. *Povos indígenas no Mato Grosso do Sul - Vivemos por mais 500 anos*. Campo Grande: CIMI/MS, 1993, p. 61-62.

**TABELA POPULACIONAL GUARANI KAIOVÁ POR ÁREA INDÍGENA,  
LOCALIZAÇÃO, POPULAÇÃO, RELAÇÃO COM O TAMANHO DA TERRA,  
SITUAÇÃO JURÍDICA E OUTROS ASPECTOS RELEVANTES.**

Área Indígena	Município	Hectares	População	Ha/Pessoas	Situação Jurídica/Outros Aspectos Relevantes
AMAMBAI	AMAMBAI	2.381	4.544	0,5	Reservada pelo SPI em 1915 com 3.600 hectares. Homologada em 30.10.91. 33 suicídios até outubro de 97. Rodovia estadual, MS 386, corta a área. Há pequena invasão por parte de uma fazenda.
CAARAPÓ	CAARAPÓ	3.594	2.346	1,5	Reservada pelo SPI em 1924 com 3.600 hectares. Homologada em 30.10.91. 39 suicídios até outubro de 97. Rodovia estadual, MS 280, corta a área indígena. Tem pequena invasão na área, aproximadamente 70 hectares, por fazendeiro.
CAMPESTRE	ANTÔNIO JOÃO	11	524	0,02	Área "cedida" pela municipalidade. Na verdade reivindicam os Guarani a área indígena Cerro Marangatu, na qual está "encravada" o Campestre, "vila" do município de Antônio João. Até o momento nenhuma providência foi tomada para identificação e demarcação deste <b>tekoha tradicional</b> .
CERRITO	ELDORADO	1.950	180	10,8	Demarcada pela sistemática do decreto 22/91. Homologada em 22.05.92. "Retomada" em 1993. Encontra-se "sub judice" com a SVERDI Propagação e Cultura. Contestada com a possibilidade aberta pelo decreto 1775/96. Contestação administrativa rejeitada.
DOURADOS	DOURADOS	3.475	7.487	0,4	Reservada ainda pelo SPI em 1917 com 3.600 hectares. Registrada em cartório de imóveis desde 22.05.1986. 105 casos de suicídios até outubro de 97. Existem arrendamentos (ilegais) dentro da área (aproximadamente 30% da terra está arrendada) e pequena invasão na parte ocupada pelos Terena. Estes são aproximadamente 1.500. O que eleva a população da área para 8.987 e a relação hectares X pessoas para 0,3. Rodovia estadual, MS 156, corta a área. A aldeia é periferia da cidade de Dourados, segunda maior do estado. Contestada após o decreto 1775/96, contestação administrativa refutada.

Área Indígena	Município	Hectares	População	Ha/Pessoas	Situação Jurídica/Outros Aspectos Relevantes
GUAIMBÉ	LAGUNA CAARAPÁ	716	295	2,4	Registrada em 08.05.84.
GUASSUTY	ARAL MOREIRA	958	155	6,1	Demarcada pela sistemática do decreto 22/91. Homologado em 22.05.92. "Retomada" em 1994.
JAGUAPIRÉ	TACURU	2.349	232	10,1	Demarcada pela sistemática do decreto 22/91. Homologada em 23.11.92. Retomaram parte da área em 1992 e o restante em 1996. Foi nesta área que se iniciou o movimento das retomadas de terra por parte dos Guarani e Kaiová em 1992. Igualmente contestada após a publicação do decreto 1775/96, teve sua contestação refutada pelo ministro da justiça. Seguem pendências judiciais.
JAGUARI	AMAMBAI	405	140	2,9	Demarcada pela sistemática do decreto 22/91. Homologada em 12.08.93. Dentro do processo de retomadas esta foi a única área em que os índios foram "empossados", judicialmente, com base em decisão do Tribunal Regional Federal, em 1994. Área contestada administrativamente pela possibilidade do decreto 1775/96. Contestação foi refutada e a área é registrada. Perdura a disputa judicial pela posse e propriedade da área.
JARARÁ	JUTI	479	270	1,7	Demarcada pela sistemática do decreto 22/91. Homologada em 12.08.93. Retomaram em 1996. Também foi contestada após a publicação do decreto 1775/96, mas mantida como terra indígena. Continua a pendência judicial.
LIMÃO VERDE	AMAMBAI	668	460	1,5	Área reservada pelo SPI em 1928 com 900 hectares. Demarcada em 16.08.84. A área continua invadida por fazenda. Rodovia estadual, MS 156, corta a área indígena.
PANAMBI	DOURADINA	390	470	0,8	Área reservada pelo SPI em 1942 com 2.037 hectares. Cortada pela rodovia estadual MS 379. 1647 hectares são ocupados por 36 famílias de pequenos proprietários oriundos da Colônia Agrícola Federal de Dourados.
PANAMBI-ZINHO	DOURADOS	60	188	0,3	A área tem portaria demarcatória pela sistemática do decreto 22/91, assinada pelo ministro da justiça em 26.07.1995, onde reconhece como área de ocupação tradicional indígena 1.240 hectares. Os índios ocupam apenas

Área Indígena	Município	Hectares	População	Ha/Pessoas	Situação Jurídica/Outros Aspectos Relevantes
					60 hectares. Os demais são ocupados por 35 famílias de colonos oriundas da Antiga Colônia Agrícola Federal de Dourados. A situação está indefinida. Correm na justiça dois processos judiciais. Um processo envolve os 60 hectares ocupados pelos indígenas que estão sendo pleiteados por fazendeiro. Outro processo envolvendo a comunidade indígena e os colonos. Ambos os processos estão em fase pericial. Área contestada em função do decreto 1775/96, porém mantida pelo ministro da justiça, que determinou sua imediata demarcação física. A situação permanece indefinida.
PARAGUAS-SU OU TAKUARYTY/YVYKURUSU	PARANHOS	2.609	293	8,9	Demarcada pela sistemática do decreto 22/91. Retomada em 1993, homologada em 01.10.1995. Área "sub judice". Contestada após a publicação do decreto 1775/96, foi mantida como terra indígena.
PIRAJUI	SETE QUEDAS	2.118	1.500	1,4	Reservada pelo SPI em 1928 com 2.000 hectares. Registrada em 1965.
PIRAKUÁ	BELA VISTA	2.384	266	9,0	Processo demarcatório iniciado na década de 80. Homologada em 14.08.1992. Área "sub judice" reivindicada por fazendeiro. Nesta área foi assassinado Marçal de Souza, justamente por não aceitar "convencer" seus patrícios a deixarem este <b>tekoha tradicional</b> . O fazendeiro que reivindica a área na justiça é o mesmo acusado de mandante do crime que vitimou Marçal. Foi absolvido num primeiro júri, anulado posteriormente. Aguarda-se novo julgamento. Os acusados como executores, um deles então funcionário do fazendeiro, encontra-se foragido.
PORTO LINDO OU JAKARETY	JAPORÃ	1.650	1.600	1,0	Reservada pelo SPI em 1928 com 2.000 hectares. O <b>Tekoha tradicional</b> é duas vezes maior que a área reservada. A área foi homologada em 29.10.1991. 26 suicídios até outubro de 1997. Existe uma área de terra (maior do que a efetivamente ocupada pela comunidade) que foi invadida após 1945 e que a comunidade quer retomar. Rodovia estadual, MS 386, corta a área indígena.
RANCHO JACARÉ	LAGUNA CAARAPÃ	777	257	3,0	Registrada em 28.05.1984.

Área Indígena	Município	Hectares	População	Ha/Pessoas	Situação Jurídica/Outros Aspectos Relevantes
SASSORÓ	TACURU	1.923	1.480	1,3	Reservada pelo SPI em 1928 com 2.000 hectares. Homologada em 22.09.1976.
SETE CERROS	CORONEL SAPUCAIA	8.584	230	37,3	Homologada em 01.10.1993. Demarcada pela sistemática do decreto 22/91. Retomada em 1995. Segue pendência Judicial. Existe a decisão do Supremo Tribunal Federal mantendo na posse índios e bois da SATTIN AGROPECUÁRIA. Área contestada pela possibilidade aberta pelo decreto 1775/96, aliás foi baseado na ação movida pela SATTIN AGROPECUÁRIA que nasce a inspiração do decreto. O Ministro da justiça pediu novas diligências, mantendo ao final a área nas proporções da identificação.
SUCURI'Y	MARACAJU	65	100	0,6	Identificada em 24.07.1995 com 500 hectares pela sistemática do decreto 22/91, data em que os índios efetivaram-se na posse, porém despejados violentamente por fazendeiros, sem ordem judicial, em 23.12.1996. Três meses depois, cansados de esperar providências legais, em março de 1997, reocuparam a área por conta própria. Mesmo tendo ordem judicial que determina o despejo da comunidade indígena, conseguiram um acordo provisório, revogando aquela liminar de despejo, que permitirá ficarem em parte da terra ( 67 hectares) até o desfecho da pendência judicial.
TAQUA-PERY	CORONEL SAPUCAIA	1.886	1.632	1,1	Reservada pelo SPI em 1928 com 2.000 hectares. Registrada desde 07.06.1965. 15 suicídios até outubro de 1997. Rodovia estadual, MS 289, corta a área.
<b>TOTAIS</b>		<b>39.432</b>	<b>24.649</b>	<b>1,6</b>	

## 1.2.2- ALGUNS TEKOHAS REIVINDICADOS PELOS GUARANI E KAIOVÁ, À ESPERA DE PROVIDÊNCIAS PELO PODER PÚBLICO, NA SUA IDENTIFICAÇÃO, DEMARCAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E REGISTRO EM CARTÓRIO.

Sabe-se de uma infinidade de **tekohas tradicionais Guarani e Kaiová** que vêm sendo sistematicamente reivindicados pelos índios. Fala-se de muitas áreas tradicionais de onde os Guarani e Kaiová tem sido sistematicamente expulsos depois de 1950<sup>19</sup>.

Apresentamos a seguir uma tabela de áreas tradicionais<sup>20</sup> onde o processo organizativo das respectivas comunidades parecem ser mais consistente. Pretendem retomar logo seus **tekohas** de origem. A demarcação destes territórios significará, sem sombras de dúvida, um grande desafio para as cinco áreas onde os suicídios têm acontecido em maior número nos últimos anos<sup>21</sup>.

---

19 - Cláudio Ângelo em sua reportagem-ensaio sobre a vida e a morte dos Guaranis de Mato Grosso do Sul, a partir de relatos dos índios. *TEKO VAI Terra de Males*, fala que "segundo os índios, há 54 áreas por identificar e retomar" (p. 17). O CIMI-MS tem um levantamento próprio, realizado com a efetiva participação das lideranças indígenas que ultrapassam 30 áreas tradicionais.

20 - Áreas citadas pelas lideranças indígenas no Aty Guasu (Assembléia) realizado em 31 de outubro à 03 de novembro de 1997, na área indígena Sueuri'y, município de Maracaju/MS.

21 - Cfr. quadro 1 na página 28 e análise logo a seguir.

ALGUNS TEKOHAS REIVINDICADOS PELOS GUARANI KAIOVÁ, À ESPERA DE PROVIDÊNCIAS PELO PODER PÚBLICO, NA SUA IDENTIFICAÇÃO, DEMARCAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E REGISTRO EM CARTÓRIO.

Nº	TEKOHA	MUNICÍPIO	HECTARES <sup>22</sup>	PESSOAS <sup>23</sup>	SITUAÇÃO ATUAL
01	ARROYO CORÁ	PARANHOS	12.000	300	A comunidade atualmente está nas áreas indígenas Taquapery, Porto Lindo, Limão Verde e Amambai.
02	CANTAGALO	AMAMBAI	5.000	130	A comunidade está nas áreas indígenas Amambai, Limão Verde e Taquapery.
03	CERRO MARRANGATU	ANTÔNIO JOÃO	15.000	524	A comunidade vive em 11 hectares conhecida como aldeia Campestre. Conferir no quadro das áreas reconhecidas oficialmente o texto sobre Campestre.
04	KM 20	CAARAPÓ	3.500	200	A grande maioria da população desta aldeia justapõe a área indígena de Caarapó. Há famílias em Dourados, Amambai e Rancho Jacaré.
05	LIMA CAMPO	PONTA PORÃ	3.000	1.000	O órgão indigenista oficial já registrou em seus relatórios a intenção de identificar esta área situada entre Dourados e Ponta Porã. Nesta região, conforme informação dos próprios índios, viviam três <b>tekohas</b> distintos: Lima Campo, Rancho Kuña e Manga Ysity. Os índios falam ainda em outras aldeias. A grande maioria das famílias remanescentes desta região encontram-se justapondo as áreas indígenas de Dourados, Caarapó e Guaimbé. No dia 15.10.1993 a comunidade inteira sofre agressão, foram retirados 24 guarani que estavam sendo ameaçados de morte na fazenda espólio Isaltino Barbosa. De acordo com o Administrador da ADR de Amambai (em 1994) os índios estavam radicados há trinta anos no local conhecido como Lima Campo. Foram violentamente expulsos de seu tekoha, sob ameaças de morte e removidos para a AI de Dourados, onde ficaram os trinta e sete Guarani alojados na igreja metodista. (fonte: MEMO/abril de 94/ Walter Coutinho Jr./DID/DAF/FUNAI. No dia 03.04.1995 os índios fazem solicitação à FUNAI para que seja identificada.
06	POTRERO GUSU	SETE QUEDAS	5.000	709	A comunidade está atualmente na área indígena Pirajuf.
07	SAMAKUÃ	AMAMBAI	2.500	697	Os originários de Samakuã hoje estão justapondo as áreas indígenas Sassoró, Jaguapiré, Limão Verde e Amambai.
08	SOMBRE-RITO	JAPORÃ	15.000	200	A comunidade está em Porto Lindo, Limão Verde, Sete Cerros, Amambai e Pirajuf.
09	TAKUÁRA	JUTI	9.000	350	A população de Takuára está hoje nas áreas de Dourados, Caarapó, Amambai e algumas famílias no Jarará.
	<b>TOTAIS</b>		70.000	4.110	

22 - Números aproximados, fundamentados nas informações dos próprios índios.

23 - Informações fornecidas pelos índios do tekoha.

### 1.3 - SUICÍDIOS ENTRE OS GUARANI E KAIOVÁ

*“O conhecimento que a antropologia tem sobre o suicídio dos guaranis é o mesmo que se tinha sobre a tuberculose há muitos anos ou sobre a AIDS no momento. Ainda não se conhecem os reais motivos para isso”*

(RUBEM DE ALMEIDA - Antropólogo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, In: *Folha de São Paulo*, 21.05.95, p. 1 - 14).

**Proclamar a verdadeira causa que têm levado os Guarani e Kaiová a cometer o suicídio é já se comprometer com a superação da mesma.** É tarefa árdua que supõe ir aos limites da capacidade humana, de acreditar que a vida é possível mesmo em meio a situação de morte generalizada, que o sistema dominante impõe não só aos Guarani e Kaiová, mas a toda grande parcela dos excluídos do Terceiro Mundo.

**Entre 1986 e 1997, 244 índios Guarani e Kaiová se suicidaram.** A voz indígena ecoada para o mundo na palavra do líder Marçal de Souza, assim profetizava em 1980: *“somos uma nação subjugada pelos potentes, uma nação que está morrendo aos poucos, sem encontrar o caminho, (...) nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são diminuídos, não temos mais condições de sobrevivência. (...) A nossa voz é embargada por aqueles que se dizem dirigentes desse grande país”*<sup>24</sup>.

Assim se expressou o ex-procurador geral da República, **Aristides Junqueira**, ao averiguar de perto a situação vivida pelos Guarani e Kaiová no Estado de Mato Grosso do Sul: *“A vida do índio vale menos que uma cabeça de gado”* (**JORNAL CORREIO DO ESTADO**, 26.10.95, p. 09). É o sinal visível de que o ser humano tem menos valor que o animal, da mesma forma que na indústria o humano já foi substituído pelo mecânico. Não há mais espaço para o Homem. O capital, a ganância, o lucro, a terra como bem comercializável, essa é que vale. Os valores econômicos sobrepõem os valores humanos. Para os detentores do poder econômico o índio atrapalha. É preciso eliminá-lo.

24 - SOUZA, Marçal. Discurso em Manaus ao Papa João Paulo II. In: Conselho Indigenista Missionário - Secretariado Nacional. *Dossiê Marçal Tupã'i*. Brasília: 1980, v.1, p. 12.

Do meio da miséria do mundo “**a voz indígena grita no silêncio de uma pequena árvore**”<sup>25</sup>, que assiste contorcendo de dor o limite das possibilidades: alguém se extermina para dar vida a tantos outros. “...*se não fizerem alguma coisa por nós, é melhor apagar o sol*” (AMILTON LOPES, **Kaiová e líder da aldeia Pirakuá de Bela Vista, MS**). No dizer da psicóloga da FUNAI, Maria Aparecida Pereira, trata-se de uma rebelião cultural silenciosa.

**Fruto fundamentalmente do criminoso encurralamento a que foram submetidos os Guarani e Kaiová neste século, os suicídios nas décadas de 80 e 90 têm sido uma triste e macabra realidade. Acreditamos que superá-los é apoiar os Guarani a sair daquele encurralamento e passar a ter assim renovada esperança na vida que é possível.**

### 1.3.1- QUADROS DO SUICÍDIO

Os quadros que ora apresentamos não querem ser simplesmente a contabilidade de uma verossímil tragédia, e sim impulsionar-nos para continuar a árdua batalha de revertermos esta vergonhosa situação. **Temos certeza já de que a reversão se dá na medida em que territórios imemoriais e tradicionais vão sendo reocupados.**

### QUADRO GERAL DE SUICÍDIOS

ANO	Nº
1986	05
1987	08
1988	01
1989	07
1990	34
1991	23
1992	21
1993	26
1994	24
1995	56
1996	26
1997 até 31 de outubro	13
<b>TOTAL DE SUICÍDIOS EM DOZE ANOS</b>	<b>244</b>

25 - Mais de 90% dos casos de suicídio têm sido por enforcamento, numa pequena árvore, típica do cerrado.

**QUADRO GERAL DOS SUICÍDIO ENTRE OS GUARANI  
E KAIJÓVÁ NOS ÚLTIMOS DOZE ANOS CONSIDERANDO  
AS ALDEIAS DE MAIORE E MENOR INCIDÊNCIA**

**QUADRO 01**

ÁREA INDÍGENA	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	TOTAL POR ÁREA	TOTAL EM %
AMAMBAI	02	01	-	02	04	02	02	06	05	04	03	02	33	13,5
CAARAPO	01	03	-	01	02	02	06	03	06	10	03	02	39	16,0
CAMPESTRE	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01	0,4
CERRITO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01	-	02	0,8
DOURADOS	-	02	01	02	20	14	11	14	09	21	05	06	105	43,2
GUAIMBÉ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01	-	02	0,8
GUASSUTY	-	-	-	-	-	-	01	-	-	01	-	-	02	0,8
LIMÃO VERDE	-	-	-	-	-	-	-	-	02	01	-	-	03	1,2
PANAMBI	-	-	-	01	-	-	-	-	-	01	01	-	03	1,2
PANAMBIZINHO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	01	-	03	1,2
PIRAKUÁ	-	-	-	-	03	03	-	-	-	-	-	-	06	2,5
PORTO LINDO OU JAKARE'Y	-	-	-	-	04	01	-	-	-	13	06	02	26	10,7
RANCHO JACARÉ	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01	0,4
SASSORÓ	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	01	0,4
SETE CERROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01	0,4
SUCURY	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01	0,4
TAQUAPERY	02	02	-	01	01	-	01	-	02	01	04	01	15	6,1
TOTAIS	05	08	01	07	34	23	21	26	24	56	26	13	244	100,0

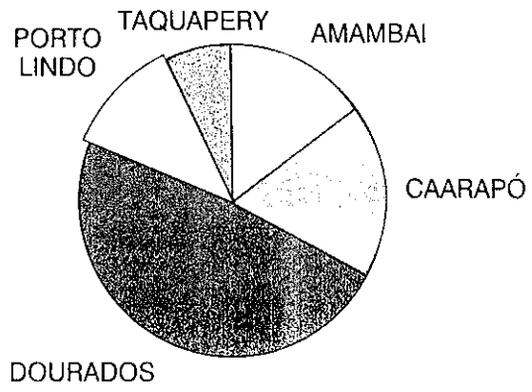
## QUADRO COMPARATIVO ENTRE 1992/1997 POR GÊNERO E IDADE

### QUADRO 02

ÁREA INDÍGENA	92	93	94	95	96	97	TOTAIS	M	F	ATÉ 25 ANOS	MAIS DE 25 ANOS
AMAMBAI	02	06	05	04	03	02	22	13	09	12	10
CAARAPÓ	06	03	06	10	03	02	30	18	12	23	07
CAMPESTRE	-	01	-	-	-	-	01	01	-	-	01
CERRITO	-	-	-	01	01	-	02	01	01	01	01
DOURADOS	11	14	09	21	05	06	66	40	26	35	31
GUAIMBÉ	-	-	-	01	01	-	02	02	-	02	-
GUASSUTY	01	-	-	01	-	-	02	02	-	02	-
LIMÃO VERDE	-	-	02	01	-	-	03	02	01	03	-
PANAMBI	-	-	-	01	01	-	02	02	-	01	01
PANAMBIZINHO	-	-	-	02	01	-	03	-	03	03	-
PORTO LINDO OU JAKARE'Y	-	-	-	13	06	02	21	15	06	19	02
RANCHO JACARÉ	-	01	-	-	-	-	01	01	-	-	01
SETE CERROS	-	-	-	-	01	-	01	01	-	01	-
SUCURI'Y	-	01	-	-	-	-	01	01	-	-	01
TAQUAPERY	01	-	02	01	04	01	09	05	04	05	04
<b>TOTAIS</b>	<b>21</b>	<b>26</b>	<b>24</b>	<b>56</b>	<b>26</b>	<b>13</b>	<b>166</b>	<b>104</b>	<b>62</b>	<b>107</b>	<b>59</b>

### 1.3.2- ANÁLISE

Estes dados estatísticos realizados pelo CIMI-MS entre os anos de 1986 a 1997 nos permitem a leitura da seguinte realidade: as **áreas indígenas onde há incidência de casos de suicídio em maior número** são **Dourados** com 105 casos em 12 anos, o que representa 43,2%; **Caarapó** com 39 casos no mesmo período, representando 16,0%; **Amambai** com 33 casos, ou seja 13,5% e **Porto Lindo** (Japorã, MS) com 10,7%, 26 casos nos últimos doze anos. **Taquapery** (Coronel Sapucaia, MS) aparece com 15 casos no período, o que representa 6,1% conforme gráfico a seguir (Cfr. quadro 01).



**Têm sido maior o número de homens que se suicidam.** Entre 92 e 97, por exemplo, os homens somaram 104 (62,6%) e as mulheres 62 (37,4%), num total de 166 casos (Cfr. quadro 2). **Também o número de jovens** até 25 anos é substancialmente **maior** aos acima desta idade. Dos 166 casos registrados entre 92 e 97 (até 31 de outubro), 107 tinham idade até 25 anos (64,5%) e 59 acima dos 25 anos (35,5%).

**Voltemos o olhar para as cinco áreas onde a situação é mais dramática: Dourados, Caarapó, Amambai, Porto Lindo e Taquapery.** A demarcação destas áreas fizeram parte de uma política programada do Estado Brasileiro, atraindo para elas indígenas de outras aldeias tradicionais, visando a liberação de territórios para a implantação da agricultura e pecuária em grande escala no Mato Grosso Sul. Demarcavam-se as reservas e

criavam-se os atrativos para que os Guarani e Kaiová viessem viver nelas. Entre os atrativos estava o solo mecanizado, a escola, o posto de saúde, remédios, sementes e outros. De outro lado, os índios que não aceitaram o processo de encurralamento compulsório, foram pura e simplesmente expulsos de seus **tekohas** sagrados, na maioria das vezes, pela força e violência.

Na reserva de Dourados, além dos Guarani e Kaiová do **tekoha** local, vive uma comunidade Terena, transferida na década de 30 pelo SPI, com o objetivo de ensinar aos Guarani e Kaiová a agricultura em alta escala. Foram transferidos e vieram também para a aldeia de Dourados famílias de outros territórios tradicionais, como o Km 20, Takuára, Lima Campo, Panambi e Panambizinho. Na área de Caarapó vivem também famílias do Km 20, Takuára e Lima Campo. Sobretudo grande parte do **tekoha** Takuára está em Caarapó. Em Amambai vivem famílias do Km 20, parte da comunidade Samakuã, Canta Galo, Takuára e outros. Na reserva de Porto Lindo (Japorã, MS) estão famílias do Arroyo corá, Sombreiro, Pueblito Kuê, Botelha'i, Botelha Guasu e Potrero Guasu. Em Taquapery (Coronel Sapucaia, MS) vivem famílias de Cerro Peron, Arroyo corá e Canta Galo.

Não há como fugir da leitura dramática que significa viver nestas áreas indígenas. São a visibilidade do que poderá vir a ser toda realidade Guarani e Kaiová de Mato Grosso do Sul, caso não se tome medidas sérias para desencurrular as comunidades indígenas. Nelas não há mais espaço físico suficiente para garantir a vida dos Guarani e Kaiová. Não se trata apenas de espaço físico. Condições culturais também não têm chance nestas reservas. As atividades econômicas desenvolvidas ao longo dos últimos 80 anos, à revelia do modo de ser e viver Guarani e Kaiová, criaram condições adversas para o povo. Soma-se a isso outras conseqüências do encurralamento, como a miséria, a fome, a violência interna e o alcoolismo.

Por outro lado, nas áreas indígenas de **Jaguapiré** (Tacuru, MS), **Jaguari** (Amambai, MS), **Jarará** (Juty, MS), **Paraguassu** (Paranhos, MS) e **Pirajuí** (Sete Quedas, MS) não ocorreram suicídios. É interessante observar que, destas, quatro foram áreas retomadas/reocupadas pelos índios na década de 90 (Jaguapiré, Jaguari, Jarará e Paraguassu). Pirajuí (demarcada ainda pelo SPI) é uma área tradicional, bastante preservada em seu meio ambiente, afastada dos centros urbanos.

**Há ainda outras quatro áreas que foram retomadas na década de 90 em que os suicídios não mais ocorreram. Cerrito (Eldorado, MS), Guassuty (Aral Moreira, MS), Sete Cerros (Coronel Sapucaia, MS) e Sucuri'y (Maracaju, MS). No Cerrito ocorreram 02 casos (um em 95 e outro em 96). A comunidade somente obteve o decreto de homologação da área em 1992 e até hoje vive em situação de indefinição “sub judge”. No final de 1995 os índios passaram a ocupar toda área e desde abril de 1996 para cá não ocorreram mais suicídios.**

Em Guassuty tivemos também dois casos (um em 1992 e outro em 1995). A área do Guassuty, a exemplo do Cerrito, foi homologada em 1992. Perdura a situação de indefinição. Contestada a partir do decreto 1775, de 08.01.1996, está “sub judge”. Sofreram ainda uma pressão muito forte por parte dos fazendeiros para retirá-los da área. Esta tensão só terminou após a refutação da contestação pelo ministro da justiça em 1996. Desde então não ocorreram mais suicídios.

Na aldeia Sete Cerros ocorreu um caso em 1996. Momento de grande tensão entre índios, Agropecuária Sattin e seus jagunços. Os índios estavam encurralados em três hectares de terra e obrigados, por sentença judicial a conviverem com os bois da Agropecuária. O Procurador Geral da República, na época, Aristides Junqueira, visitou a área. Foi dele a expressão: *“A vida do índio vale menos que uma cabeça de gado”*. Mesmo que ainda não se tenha uma decisão final para a situação, hoje os índios ocupam toda a área. Desde então não tem mais ocorrido suicídios.

Um suicídio ocorreu também entre a comunidade Sucuri'y no ano de 1993. Sucuri'y foi a última retomada de território entre os Guarani e Kaiová acontecida em 1996/1997. Em 1993 a comunidade vivia às margens da rodovia, BR 163, numa situação de extrema penúria.

Observa-se, pela leitura dos quadros<sup>26</sup>, que os anos de maior índice de suicídios foram 1990 e 1995. É justamente nestes anos que as comunidades indígenas viveram situação de maior agravamento da fome, da miséria e falta de perspectivas.

---

26 - Cfr. quadro 1 e 2, p. 28 e 29.

Em 1990 foram registrados 34 casos de suicídio. Collor chega ao poder, esvazia a FUNAI (redistribui suas funções para outros órgãos do governo que desconheciam a problemática indígena e inicia-se, também, o jogo de “empurra-empurra” entre estes órgãos, discutindo-se competência, sem que nenhum investimento fosse feito nas áreas indígenas. Os índios são obrigados a buscar nas usinas de cana-de-açúcar e em outras fontes de trabalho o sustento de suas famílias. Se, por um lado, o trabalho nas usinas desestrutura o sistema cultural próprio, por outro, é a única chance que os indígenas têm de conseguir suprir as deficiências econômicas internas nas aldeias. No tirênio 92-94 temos uma superutilização de mão-de-obra indígena, chegando ao pique máximo em 93 de aproximadamente 8.500 indígenas prestando serviços nas usinas.

O ano de 95, que apresentou o maior índice de suicídios (56 casos), caracterizou-se por um refluxo na utilização desta mão-de-obra, seja pelas usinas (que não utilizou mais que 3.000 índios), seja pelas outras fontes. O refluxo se deu por razões da fiscalização e notificações realizadas pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT-MS), exigindo registro em carteira dos índios<sup>27</sup>. Com isso há uma presença maciça de indígenas nas áreas, sobretudo os jovens.

Ambos os períodos marcaram, por outro lado, a **rearticulação e luta do povo no sentido de superação das causas**. Posterior a 1990 ocorrem as retomadas de Guassuty (Aral Moreira, MS), Jaguari (Amambai, MS), Cerrito (Eldorado, MS), Sete Cerros (Coronel Sapucaia, MS), Paraguassu (Paranhos, MS) e Jaguapiré (Tacuru, MS, a primeira parte). Após 1995 ocorrem as retomadas dos **tekohas** Jarará (Juty, MS), Jaguapiré (Tacuru, MS, a segunda parte da aldeia) e Sucuri’y (Maracaju, MS).

**Acirram-se os suicídios, imediatamente os índios reagem e buscam a superação com retomadas de territórios tradicionais que permitam o seu modo de ser e viver. Portanto é este o indicativo mais óbvio e concreto que os Guarani e Kaiová apontam para a sociedade brasileira. Queremos superar esta vergonhosa situação que está colocada**

---

27 - A fiscalização e notificação é atribuição da DRT. Mas fundamental, para tanto, tem sido o papel da “Comissão permanente de investigação e fiscalização das condições de trabalho - MS”, criada em abril de 1993, da qual o CIMI-MS faz parte. Com o aumento da fiscalização, inúmeras irregularidades no contrato da mão-de-obra indígena foram constatadas e denunciadas, notadamente no que diz respeito à condição de trabalho e à seus direitos trabalhistas, retraindo-se, estrategicamente, então, as usinas na contratação daquela mão-de-obra.

para o Brasil ou queremos continuar usufruindo da miséria indígena para conseguir altas somas de recursos no exterior para demarcar áreas indígenas simplesmente no papel? Preferimos assistir atônitos o genocídio de mais um dos povos que constituem este imenso país? É impossível se calar diante deste tipo de injustiça. ***“Se os discípulos calarem, as pedras gritarão”*** (Lucas 19,40).

## 2. CAUSAS DO SUICÍDIO

### 2.1- A IMPRENSA PUBLICOU

Diversos têm sido os pronunciamentos publicados na imprensa, seja local, nacional ou internacional. Diversificação, a nosso modo de ver, muitas das vezes, em função da posição ocupada por aquele que faz a leitura do suicídio. Vejamos alguns:

**GETÚLIO DE OLIVEIRA** - Capitão da aldeia Jaguapirú - in: Correio do Estado, 19.01.1994, pág. 09: *“os suicídios são muito tristes, e não dá para saber por que eles acontecem”*. Sobre o problema da superlotação da reserva (são aproximadamente 9000 índios sobrevivendo em 3530 hectares afirma; in: Correio do Estado, 25.01.1995 - *“é necessário a desapropriação de pelo menos mais sete mil hectares, o que permitiria o plantio de subsistência”*.

**DIÁRIO DA SERRA, TERÇA FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 1994, P. 10, DOURADOS (do correspondente)** - “Mais uma índia cometeu suicídio na reserva indígena de Dourados. O caso foi registrado na manhã de ontem na aldeia Jaguapirú. De acordo com informações extra-oficiais este é o décimo caso registrado em 94. A indígena morta era casada, tinha dois filhos e de acordo com familiares, vinha passando fome e isso provavelmente foi a causa do suicídio. Matilde Ramires, 20, residia na aldeia Jaguapirú em companhia de duas filhas, enquanto o marido trabalhava numa destilaria de álcool em Naviraí e não comparecia à aldeia desde o início do mês passado. O corpo dela foi encontrado por seu irmão Agnaldo Ramires, 11, numa mata. Ela suicidou-se através de enforcamento, utilizando a alça de uma bolsa que foi colocada no galho de uma árvore. De acordo com o pai da vítima, Valdomiro Ramires, por volta das 07h00 de domingo, Matilde deixou as duas filhas sob seus cuidados e disse que iria até um córrego para lavar roupas. Como demorou para voltar, Valdomiro mandou que um dos filhos fosse atrás dela, acabando por encontrá-la já morta. Segundo ainda Valdomiro, Matilde estava passando necessidades, porque o marido, além de não comparecer em casa, não estava mandando dinheiro. Recentemente Matilde teve que vender uma bicicleta para poder dar de comer às filhas. ela vestia camisa verde, calça bege e um tênis branco. **Críticas** - Parentes disseram que Matilde era muito trabalhadora, mas que ultimamente reclamava muito das condições de vida na aldeia, principalmente da falta de perspectivas”.

**CARLOS MARINHO DOS SANTOS** - Administrador interino da FUNAI em Amambai - in: Diário da Serra, 01 de março de 1994, pág. 13: *“Eles (se referindo aos Guarani e Kaiová; grifo nosso) criam sentimentos de culpa, entram em depressão e acabam se matando”*.

**WILSON BARBOSA MARTINS** - Governador do Estado de Mato Grosso do Sul - Discurso de Posse; in: Correio do Estado, 03.01.1995, pág. 06 e 09.01.1995, pág. 06: *“os suicídios que praticam são decorrentes do desamparo a que vivem”*.

**LUIZ DE LIMA STEFANINI** - Procurador-regional da República no Mato Grosso do Sul - in: Correio do Estado, 24.01.1995, pág. 07: *“Os Guaranis, fora da aldeia, não possuem qualquer chance de sobrevivência”*. *“O ato de dar fim à própria vida passa a ser a solução tal qual outra alternativa qualquer e, na maioria das vezes, a mais fácil”*. Explicando a forma como se suicidam o procurador afirma: *“Ele perde o ar aos poucos, em um processo demorado, que em primeiro lugar faz com que ele durma e, posteriormente, morra”*. Como solução propõe que os órgãos públicos lutem pela integração do índio e o fim das reservas indígenas.: *“O indígena não fica nada a dever para o homem branco no que diz respeito ao trabalho rural e urbano”*.

**NEREU SCHNEIDER** - Membro do Conselho Indigenista Missionário - Regional Mato Grosso do Sul, in: Correio do Estado, 28/29 de Janeiro de 1995, pág. 05. *“Critica qualquer posição que defenda o fim das áreas demarcadas como forma de integração dos índios e afirma a necessidade de se considerar o espaço ocupado historicamente pelo índio na hora de se demarcar o território. É a partir da falta de terras que o índio não possui capacidade de desenvolver uma economia agrária que lhe dê subsistência. O resultado é a pobreza e a desilusão, que desemboca no elevado número de suicídios. Mas a visão que predomina é a exploração do índio como uma reserva em potencial de trabalho escravo. Para complicar a situação dos indígenas, durante a formação das reservas Guaranis-Kaiovás foram misturadas várias tendências diferentes e famílias até mesmo inimigas entre si pelos tempos. A convivência social foi prejudicada com essa arbitrariedade. O índio se mata por desespero e não por gosto pela morte. A cultura indígena não vê o fim da vida como festa ou motivo de comemoração. O que acontece é um profundo*

*choque cultural entre a tradição indígena ensinada desde criança e a realidade desfavorável. O índio fica sem perspectiva e entra em desespero. A angústia não acontece devido à falta de religiosidade, esta, continua elevada entre os indígenas. Eles cultivam constantemente os traços religiosos que herdaram dos antepassados e respeitam bastante a morte, temendo inclusive a permanência do espírito do morto, nos dias após o falecimento.*

**ANTÔNIO BRAND** - Professor de História e coordenador do Programa Kaiová-Guarani da Universidade Católica Dom Bosco que estuda os Guaranis desde 1978, disse que é difícil determinar uma causa de forma inequívoca. Ele considera como prováveis fatores que contribuem para os suicídios a miséria, a redução do espaço físico onde eles vivem e a perda gradativa das práticas religiosas tradicionais, in: Folha de São Paulo, 21.05.1995, pág. 1 - 14.

**BARTOMEU MELIÁ** - Padre que trabalha com os guarani no Paraguai e Brasil desde 1969, in: Folha de São Paulo, 21.05.1995, pág. 1 - 14: *“É um fenômeno concentrado em alguns lugares...não se pode dizer que os guaranis são potenciais suicidas”*.

**RUBEM DE ALMEIDA** - Antropólogo do Museu Nacional do Rio de Janeiro - in: Folha de São Paulo, 21.05.1995, pág. 1 - 14: *“O conhecimento que a antropologia tem sobre o suicídio dos guaranis é o mesmo que se tinha sobre a tuberculose há muitos anos ou sobre a AIDS no momento. Ainda não se conhecem os reais motivos para isso”*.

**DINARTE MADEIRO** - Presidente da FUNAI - sobre a Área Indígena de Dourados, in: Diário da Serra, 03.06.1995, pág. 06: *“Essa área ficou muito pequena para a população e não há como expandi-la. O que temos de fazer é usar a terra de forma racional para evitar esses problemas sociais”*.

**ARISTIDES JUNQUEIRA** - Ex-Procurador Geral da República - in: Correio do Estado, 26.10.1995, pág. 09: *“A vida do índio vale menos que uma cabeça de gado”*.

**MARIA APARECIDA PEREIRA** - Psicóloga da FUNAI - *“O principal motivo da onda suicida é o confinamento de muitos índios em pe-*

*quenos territórios e, conseqüentemente, a escassez de terra. Depois vem a miséria, a destruturação da família com a ausência dos homens durante as temporadas de trabalho, as seitas religiosas que assediam os índios e a perda do 'universo mágico religioso'. O Suicídio por enforcamento, no dizer dos índios, implica no sacrifício da palavra, perda da voz-canal de ligação com o divino e, por extensão, no sacrifício da alma divina", in: Eunice Pinheiro, Em Busca da Morte. Como e por que os índios guaranis-Kaiwás estão se matando. Citando o livro de Maria Aparecida Pereira editado pela FUNAI, in memorian: UMA REBELIÃO CULTURAL SILENCIOSA.*

**AMILTON LOPES** - Guarani-Kaiová e capitão da aldeia Pirakuá: *"se não fizerem alguma coisa por nós, é melhor apagar o sol"*.

**OLÍVIO MANGOLIM** - Coordenador regional do CIMI-MS, in: Folha de São Paulo, 17 de abril de 1996, 3 - 2 cotidiano: *De acordo com o coordenador regional do Cimi no Mato Grosso do Sul, (...) estudo realizado pelo órgão em 1990 apontou a falta de terras como principal causa do suicídios. O maior número de casos é de índios entre 14 e 17 anos. "É dramático constatar que a juventude não vislumbra saída a ponto de preferir a morte"*.

**EN** - da reportagem local, Folha de São Paulo, 1 - 18 brasil, 12 de maio de 1996: *"A opção pelo suicídio é um dado revelador do abandono oficial às populações indígenas"*.

**VIRGILIO CLEMENTE DA SILVA** - Administrador regional da Funai no município de Amambai, in: Correio do Estado, 14 de maio de 1996: *"As causas prováveis para os suicídios continuam sendo (...) a alta incidência de alcoolismo (...) a miséria e os conflitos pela posse da terra - problema comum na região dos guaranis/kaiowás - além do choque cultural provocado pela proximidade entre as aldeias e a cidade. Não há, porém, um estudo que comprove essas possibilidades, pois o assunto é complexo e envolve até mortes de crianças, como o de uma menina de nove anos na Aldeia de Porto Lindo"*.

**CORREIO DO ESTADO, 16 DE DEZEMBRO DE 1996:** *"Apesar dos problemas, a Funai e entidades ligadas aos índios comemoram a*

*redução, para pouco mais da metade, dos casos de suicídios este ano. Responder por que a mortes diminuíram é difícil. O administrador da Funai arrisca que a distribuição de sementes e incentivo à agricultura foi uma das causas, principalmente na reserva de Dourados, onde 6 mil índios vivem em 3 mil hectares. No ano passado a reserva registrou 17 casos e este ano, apenas três. Já o assessor jurídico do Cimi, Maucir Pauletti, aponta a perspectiva dos índios em recuperar suas terras como forte responsável pela redução. De fato, este ano foi um ano de conquista para os índios, no que se refere às suas terras. Recentes sentenças do STF determinaram que somente a Justiça Federal tem competência para julgar as questões fundiárias indígenas. As sentenças dadas pela Justiça Estadual para despejar os índios foram anuladas”.*

## 2.2- AS CAUSAS APONTADAS PELOS ÍNDIOS

Os Guarani e Kaiová não gostam e não se sentem bem em falar sobre o suicídio para os não-índios. Deixam transparecer que sabem o que fazer, não necessitando ser inquiridos sobre a problemática. Procuram evitar que o assunto chegue até as crianças, pois acreditam que isso possa servir de estímulo. Alegam que não estão preparadas, ainda, para escutar tais coisas, podendo se assustar, e/ou ficarem deprimidas. Algumas respostas, porém, parecem ser comuns nas que oferecem, seja à pesquisadores, historiadores, grupos de trabalhos da FUNAI ou imprensa. Falam, referindo-se ao suicida, que, às vésperas, anda triste, isolado, revoltado, até que desaparece, sendo depois encontrado pendurado em um galho de árvore ou envenenado. Quando a família percebe a tristeza, o isolamento e consegue intervir impedindo o suicídio, não explicitam o que de fato fizeram para conseguí-lo.

O mais marcante nas falas dos indígenas é a explicitação mítico religiosa de uma situação político-econômico-social. Os índios (sobretudo seus caciques, lideranças, professores, mulheres) falam da problemática da falta de terra, das necessidades geradas em função do contato, da situação de baixos salários, de que a terra existente está totalmente descaracterizada, de que não têm apoio nas políticas de desenvolvimento governamentais, de que o marido estava trabalhando fora da aldeia por muito tempo, da desintegração da família, dos desentendimentos entre casais, de que a escola não ajuda, da situação de violência, inclusive a sexual, do abandono que os mais

jovens fazem do sistema tradicional (tem vergonha de ser índio e então quer ser igual ao branco, já não sabendo direito o que é), dos caciques desacreditados que já não têm mais força para rezar contra o feitiço, das doenças que o cacique não consegue mais curar. Tudo isto deixa o índio triste, sem perspectivas. Então ele se suicida.

Esta relação de “problemas”, colhidos em conversas com indígenas, são os que afligem os Guarani e Kaiová. Todos estão relacionados direta ou indiretamente à falta de perspectiva de vida nas áreas indígenas, hoje superpovoadas. Resultado da política indigenista oficial empreendida, que encurralou os Guarani e Kaiová. Ao referir-se a não perspectiva, os indígenas transportam conceitos de significação político-econômico-social para conceitos mítico-religiosos. Com isto não estão abortando a verdadeira causa do suicídio. Trata-se de sua forma de explicitar. Preocupa o uso que, desta explicitação, se faz. Todas as razões apontadas pelos índios são os sintomas visíveis, as consequências claras, de uma situação de encurralamento, de separação do Guarani e Kaiová de sua “*terra mãe*”, deixando-os órfãos, sem perspectiva de vida, tristes. **Encurralamento, tristeza e morte por falta de perspectiva de um espaço de chão (terra) para viverem como Guarani e Kaiová.**

### 2.3- “A CAUSA” APONTADA E DENUNCIADA PELO CIMI

Em 1991 o CIMI já se manifestava, inclusive ao Ministério de Justiça e Presidência da República, sobre o suicídio. O relatório apontava “o coração” do problema: ou demarcavam-se territórios tradicionais Guarani e Kaiová ou continuaremos a assistir a onda avassaladora de suicídios. Fruto, também, da pressão internacional e até mesmo em função da “ECO 92”<sup>28</sup>, algumas atitudes foram tomadas, então, pelo governo brasileiro. Neste sentido, entendemos, o relatório do CIMI cumpriu uma finalidade importante, conforme já descrito anteriormente.

Resgatamos agora a causa que tem sido apontada e denunciada pelo CIMI. **Os Guarani e Kaiová se suicidam por falta de perspectiva de vida.** Foram encurralados. Não há mais terras, foram roubadas, e as poucas

---

28 - Conferência mundial sobre meio ambiente realizada no Rio de Janeiro.

que ocupam são insuficientes para a subsistência, física e cultural. Na carona do encurralamento foram-se as matas, os peixes, a caça, a erva-mate, que permitiam sobrevivência digna. Os casamentos, por falta de espaço, deixaram de ser estimulados. O encurralamento trouxe miséria, fome e desnutrição. Hoje são obrigados a mendigar, a trabalhar nas usinas de álcool, por longos períodos, desestruturando ainda mais a família. Quando voltam da usina as áreas inflacionam e há momentos de mais conflitos e violências<sup>29</sup>. E o círculo vicioso está formado. Quando as usinas não contratam, as áreas ficam superlotadas o tempo todo. Não há, então, para muitos, sobretudo jovens, o que fazer. Então os suicídios acontecem mais facilmente.

---

29 - Registramos aqui a palavra do Luciano, capitão da aldeia Jaguapiru (Dourados, MS), no final do ano de 1996: "*estou preocupado com a perspectiva da chegada de mais de 300 jovens indígenas para dentro da reserva de Dourados por ocasião das festas de final de ano. Vai ter cachaça, baile, briga, tiro, suicídio, estupro... tá chegando muito jovem com dinheiro do contrato...todo ano é assim*".

### 3. PERSPECTIVAS DE SUPERAÇÃO APONTADAS PELOS ÍNDIOS NA ÓTICA DO CIMI

A perspectiva de superação a ser seguida é a **demarcação de territórios tradicionais** que permitam a vida das comunidades em suas próprias terras originárias, desencurralando-as de áreas densamente povoadas, como é o caso de Amambai, Caarapó, Dourados, Porto Lindo (Japorã-MS) e Taquapery (Coronel Sapucaia-MS).

**Desencurrallar** áreas como **Dourados**, hoje, supõe a demarcação e efetiva posse indígena de **tekohas** tradicionais como o Lima Campo, Rancho Kunã, Manga Ysyty, Kurupa'y Vôca, Takuára, Campo Seco, Ibikuí, Javoraí, Samakuã, Cerro Marangatu, Km 20, Panambi e Panambizinho. No caso da área de **Caarapó** são os **Tekohas** Kurupi, Kurupa'y Vôca, Takuára, Campo Seco, Ibikuí, Javoraí, Km 20, Barrero Guasu, Xahã, Jukeri, Tatarem, Botelha'i, Botelha Guasu e Lima Campo. Já para a área indígena **Amambai** são os **tekohas** Kurupa'y Vôca, Takuára, Samakuã, Mboiveve, Km 20, Barrero Guasu, Xahã, Jukeri, Tatarem, Botelha'i, Botelha Guasu. Para desafogar **Porto Lindo** (Japorã-MS) será necessário a demarcação dos **tekohas** de Pueblito Kuê, Arroyo Corá, Sombrerito, Botelha Guasu, Botelha'i e Potrero Guasu. No caso de **Taquapery** (Coronel Sapucaia-MS) é necessário que se devolva aos Guaraní e Kaiová os **tekohas** do Arroyo Corá, Canta Galo e Cerro Peron.

A implementação de programas de desenvolvimento, como vem sendo feito por vários órgãos, resolve temporariamente o problema da fome, mas não o soluciona. A centralização de políticas de desenvolvimento em algumas áreas indígenas é repetir, de forma diferenciada, a ação exercida pelo SPI, até a década de 60, de atrair os índios para dentro de uma área, naquela época com objetivo definitivamente encurralador, visando a liberação de territórios para a agricultura e pecuária extensiva. Hoje as ações dos programas de desenvolvimento podem não atrair, mas mantém a justaposição de famílias, acirram os conflitos e desmotivam o processo de formação e de organização das comunidades indígenas, que devem lutar para retornar à seus territórios tradicionais. E, em certo sentido, também, desobrigam o Estado e a

sociedade de reparar a verdadeira dívida histórica que têm para com os Guarani e Kaiová. Tais programas, tem como objetivo principal a superação das causas que têm levado os Guarani e Kaiová ao suicídio, porém, em se mantendo esta sistemática, acreditamos que apenas a amenizam. Continua a falta de espaço físico roubado e saqueado dos Guarani e Kaiová.

Esperar a demarcação oficial de territórios tradicionais e assistir ao suicídio de seus filhos parece não ser mais a vontade dos Guarani e Kaiová. Eles já perceberam que não há vontade política por parte do governo brasileiro em resolver a questão. A solução para o suicídio parece estar na implementação de um **sólido e articulado programa**. De atuação continuada, visando a **recuperação dos territórios tradicionais** e a **reconstrução do modo de ser e viver dos Guarani e Kaiová**, a partir daqueles **tekohas**. Impõe-se, igualmente, a **reeducação das comunidades, órgãos governamentais e outros, na implementação de políticas de desenvolvimento mais adaptadas ao seu modo de ser e viver**. Estas políticas de desenvolvimento devem sair do experimental e ser levadas a cabo em todas as áreas, concomitantemente. Necessariamente com a participação indígena em todos os momentos, desde a discussão dos programas até a identificação de perspectivas de sustentabilidade autônoma. Faz-se mistér que a sociedade não-índia reconheça o caráter organizativo, étnico e diferenciado das comunidades que recém retornaram às suas áreas tradicionais, não perturbando a continuidade do processo de reestruturação, nem interferindo no seu modo próprio. Deixem os Guarani e Kaiová serem eles próprios, produzindo suas roças, seus alimentos, crescendo com alegria, fazendo suas festas, e mantendo sua própria forma de ser e viver conforme, aliás, a vontade legislativa deste país, na Constituição Federal de 1988 (art. 232 caput).

### 3.1- A RETOMADA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS COM PONTO DE PARTIDA

Os Guarani e Kaiová, sobretudo na década de 90, numa de suas grandes assembléias, cansados de esperar por aqueles (órgãos públicos) que tinham e têm o dever de garantir seus direitos, tomam nas mãos o seu próprio destino e num ato de lucidez e coragem decidem realizar a única saída concreta que efetivamente lhes resta para a superação do suicídio: **retomar os territórios de onde foram expulsos, abrindo novos espaços**

**para a realização da vida.** É a consciência da necessidade do descurralamento. Não bastam políticas de investimentos nas áreas já existentes. É preciso retomar as áreas perdidas para desafogar as áreas superlotadas. O caminho inverso começa acontecer. **Retomada que gera esperança, alegria, vida nova, casamentos, filhos, construção de “Oga pisy”<sup>30</sup>, danças.**

Não existe outra perspectiva senão esta. A experiência acumulada nesta década deu este norte. Não basta demarcar e até mesmo homologar áreas indígenas, através de decretos presidenciais, se as comunidades, na prática, não forem efetivados na sua posse<sup>31</sup>. **Com a decisão dos Guarani e Kaiová e a recuperação da posse efetiva de 10 áreas, totalizando 19.327 hectares<sup>32</sup>, percebe-se um refluxo nos casos de suicídio<sup>33</sup>. Em todas elas a VIDA Guarani e Kaiová segue seu curso e suicídio parece ser uma palavra proibida.**

### **3.2- A RECONSTRUÇÃO DO MODO DE SER E VIVER GUARANI E KAIOVÁ**

No acompanhamento deste processo percebemos que algo mais se faz necessário, após recuperar a referência base que é a TERRA. Não basta apenas reocupá-la, mas sim, também, a reordenação de circunstâncias necessárias para a recuperação do **“modo de viver”**. As comunidades ao retornarem aos seus territórios tradicionais encontram a terra devastada. **“Lá só tem brachiária e colômbio”<sup>34</sup>. Inicia-se então o período de reconstrução do “modo de ser e viver Guarani e Kaiová”.**

30 - Casa de reza tradicional dos Guarani e Kaiová.

31 - O legislador nacional não foi capaz ou não teve vontade política de superar um dos mais graves problemas dentro do processo administrativo que é o de EMPOSSAR OS INDIOS NA TERRA após a homologação, último passo do processo de reconhecimento de terras indígenas. Inúmeros decretos e leis foram elaborados, ao longo dos anos, mudando as regras deste jogo, porém nenhum destes resolveram o problema. A prova disso está nas duas últimas legislações sobre o assunto, onde podemos perceber o seguinte: Lei 6.001 de 1973 - art. 65 - *“O poder executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas”*. Dezembro de 1978 chegou e constatou-se que nada disso ou muito pouco foi feito. O Outro exemplo é o da Constituição Federal de 1988, art. 67 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias: *“A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”*. Em 05 de outubro de 1993, mais uma vez, se constata que pouco se fez no sentido de avançar no processo de reconhecimento dos direitos destas etnias diferenciadas às suas terras.

32 - As retomadas neste período significaram um aumento de 50% no espaço físico para os Guarani e Kaiová.

33 - Conferir a análise feita no item 1.3.2 desta publicação.

34 - Tipo de vegetação para a criação de gado.

Além de ser o momento privilegiado de “reaglutinação das famílias”<sup>35</sup>, pois nem sempre estavam sobrepondo a mesma área indígena, como é o caso do Jarará (Juty, MS) por exemplo (em que um núcleo de famílias estava na cidade de Juty, outras famílias espalhadas em fundos de fazendas, nos mais diversos municípios do sul do Estado e em outras áreas indígenas), é também o período de reconstrução de suas casas e de fazer as primeiras roças. Supõe também o reflorestamento das áreas com plantio de erva-mate, mudas frutíferas e a criação de pequenos animais. Todas estas atividades variam de comunidade para comunidade dependendo do grau de organização e motivação.

A mulher Guarani e Kaiová desempenha importante papel no processo de reconstrução do “modo de ser e viver”. Cabe a ela várias tarefas básicas no sentido de retomada de práticas partindo, agora, de um espaço físico permanente. O encurralamento fez das mulheres, quiçás, as maiores vítimas. Sentiram mais o impacto da fome, miséria e abandono. Na vida do desterro, encurraladas com os filhos, são elas que mantêm ainda acesa a chama de um dia retornar para seu território tradicional. Em meio a situação de morte permanente, geram a vida e a preservam, perscrutando um futuro promissor na “*terra sem males*”; aquela para onde se dirigem os olhares de retorno. Enquanto seus maridos vão para a usina trabalhar, são elas que fazem a roça, cuidam dos filhos, mantêm a comunidade.

### **3.3- A NECESSIDADE DE REEDUCAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ASSUMIDA PELOS PRÓPRIOS ÍNDIOS**

Uma vez retomada a terra, passado o momento conflitante, com certa garantia de que não acontecerão mais despejos/expulsões, têm início as atividades de recuperação do “modo de ser” na área tradicional. Inicia-se o processo de reeducação, necessário, da comunidade. Não poderão mais viver o modelo de vida existente antes de encurralados. Fugir das práticas

---

<sup>35</sup> - Conforme já falamos na contextualização a base organizacional dos Guarani e Kaiová são as famílias extensas. As famílias dos vários *teko*has destruídos, com o tempo, devido a absoluta falta de espaço nas poucas reservas garantidas para os índios, foram sendo obrigadas a buscar locais para poderem viver, causando um profundo “esparramo” e destruindo a estrutura central da manutenção do modo de ser, que é a família.

adquiridas por força das circunstâncias causadas pelo desalojamento, morando em fazendas, sendo empregados ou vivendo de esmolas nas periferias das cidades, não será fácil e muitos valores outros são incorporados. Diante disso e com as áreas reocupadas totalmente descaracterizadas, sem mato, os rios assoreados, sem peixe, sem caça, torna-se necessário um trabalho arrojado de recuperação do meio ambiente, de forma que propicie a vida dos Guarani e Kaiová.

## 4. A ATUAÇÃO DO CIMI-MS FRENTE AO SUICÍDIO

*“Até quando nós ficaremos contabilizando suicídio?  
É hora de darmos um basta nesta situação e fazermos  
alguma coisa”*

(Dom Erwin Klauter, Bispo do Xingú - 1990)

O ano de 1995, como o próprio contexto deste relatório já o indicou, foi para o CIMI-MS decisivo quanto aos rumos que deveriam ser dados ao trabalho junto aos Guarani e Kaiová. É necessário articular de forma incisiva todos os potenciais em favor da causa dos indígenas. É o momento de definições. De articular as equipes ligadas à Igreja Católica que atuam junto aos Guarani e Kaiová. Articulação a partir das prioridades assumidas em relação ao povo indígena.

É de suma importância que, pelo menos na perspectiva de superação da situação de encurralamento e eliminação dos suicídios, todos estejamos de acordo. **É urgente e prioritário a demarcação de territórios tradicionais.** Colocado de outra maneira quer dizer que todo o CIMI-MS **estará empenhando seus esforços no apoio a retomada de territórios.**

Neste sentido entendemos e procuramos desenvolver um programa de trabalho junto aos Guarani e Kaiová. Que propicie três ações básicas:

**a) A demarcação das terras,** envolvendo todo o trabalho preparatório de assessoria à comunidade, arremetimento de documentação (levantamento fundiário, de dados históricos, técnicos, antropológicos, arqueológicos - provas documentais), **e sua efetiva posse pelos Guarani e Kaiová;**

**b) A autosustentação,** pois não basta simplesmente a terra. É necessário que se criem condições para sobreviver da própria terra. Territórios tradicionais que vão sendo retomados necessitam ser recuperados, reflorestados, regenerados;

**c) A organização indígena.** É consciência no CIMI de que ninguém deve fazer as coisas pelos índios. São eles próprios, organizados em

aldeias (comunidades - **tekohá**) e por povo, quem orientam sua própria caminhada.

Estas são as ações básicas que buscamos desenvolver, assessorando na **questão organizativa** e **apoioando as retomadas de territórios**. São de fato elas que vêm criando novas esperanças para o Povo Guarani e Kaiová. **Ações em que eles são os protagonistas**. É necessário criar espaço (recuperar espaços) onde a cultura, a vida, o ser Guarani e Kaiová possam ter condições de se realizar. **A recuperação de algumas aldeias perdidas significa o desafogo de outras, como Dourados, Amambai, Caarapó, Porto Lindo (Japorã-MS) e Taquapery (Coronel Sapucaia-MS)**, onde a situação de superpopulação, conflitos e suicídios assumem características inaceitáveis. Havendo espaço para trabalhar na agricultura a situação de semi-escravidão nas usinas de álcool, a miséria e a fome é eliminada. **Havendo a perspectiva de vida os suicídios desaparecem. O CIMI/MS está plenamente convencido: a única forma de eliminar o suicídio é o Guarani e Kaiová reaver as suas terras tradicionais, que lhes foram expoliadas e roubadas.**

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rubens Thomaz Ferreira de. *Relatório de identificação da área indígena Pirakuá. Ministério do Interior. Funai. Rio de Janeiro: 24.01.1985, (Mímio).*

ANGELO, Claudio. *Teko Vaí: terra de males*. Reportagem-ensaio sobre a vida e a morte dos guaranis de Mato Grosso do Sul, a partir de relatos dos índios. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação social com Habilitação em Jornalismo. São Paulo: Junho de 1997, 79 p. e anexos, (Mímio).

ARRUDA, Roseli. *Dossiê Guarani: a morte sistemática de um povo. Uma questão de direitos humanos?* Dourados: UFMS, 1996, (Mímio).

BRAND, Antônio. *Identificação de aldeias tradicionais Guarani/Kaiová*. Dourados, 13 de outubro de 1995, 11 p. (Mímio).

\_\_\_\_\_. *O confinamento e seu impacto sobre os Pãi-Kaiowá*. Porto Alegre: PUC-RS, 1993, (Mímio).

CIMI-Secretariado Nacional. *Os suicídios entre os Kaiová*. Brasília, Abril de 1991, (Mímio).

\_\_\_\_\_. *Dossiê Marçal Tupã-i*. Brasília: 1985, (Mímio).

MANGOLIM, Olívio. *Povos indígenas no Mato Grosso do Sul - viveremos por mais 500 anos*. Campo Grande: CIMI/MS, 1993, 120 P.

MELIÁ, Bartomeu et. al. *Los Pai-Tavyterã: etnografia Guarani del Paraguay contemporâneo*. Assunção: Centro de Estudios Antropológicos, 1976.

VIANA, Moacir da Cunha. *Dicionário didático brasileiro da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Parma Ltda, s/d, 674 p.

Composição e Impressão

 **Ruy Barbosa**

GRÁFICA E EDITORA RUY BARBOSA LTDA.

Rua Alexander Fleming, 2007 • Fone: (067) 386-4411  
Campo Grande • MS